

Um futuro para o marxismo

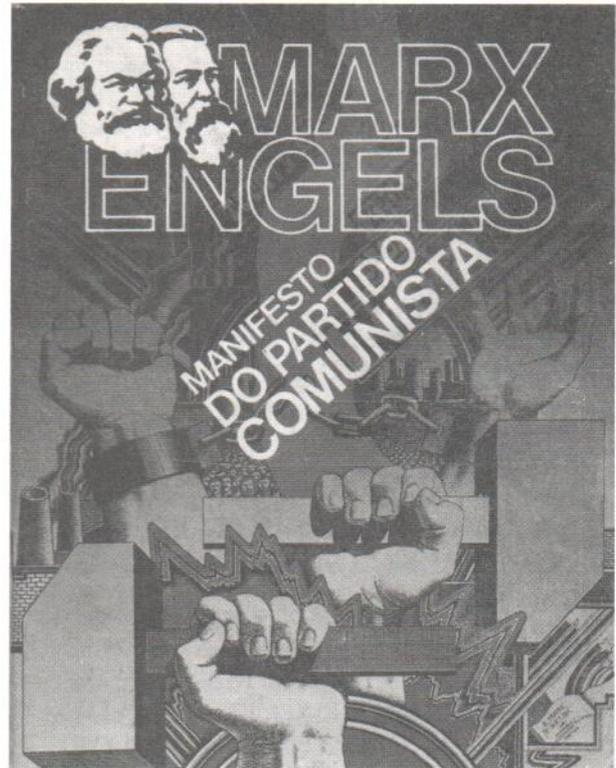
NANCY FRASER*

No 150º aniversário do *Manifesto comunista* é difícil responder à séria questão: o marxismo tem algum futuro em nossa era aparentemente “pós-socialista”?

Eis a minha resposta em poucas palavras: o marxismo como uma metanarrativa ou discurso-mestre da oposição política em sociedades capitalistas acabou. Assim, também o marxismo como uma teoria totalizante de um sistema dinâmico das tendências de crise e potenciais conflitos nas sociedades capitalistas. Ao contrário, temos testemunhado o surgimento de um novo campo pós-marxiano de teorização crítica. Componentes proeminentes desse campo incluem teorias do discurso pós-estruturalista, teorias feministas e uma nova teoria crítica de raça e etnicidade. A bem da verdade, a forma final desse campo, incluindo o grau em que ele permanecerá um conjunto de discursos que se superpõem ao invés de um discurso único mais unificado, ainda não é aparente. Mas uma coisa está clara. A única possibilidade futura para o marxismo é ser uma corrente de contribuição entre outras para esse novo campo pós-marxiano. Isso requer uma nova modéstia para o marxismo, uma boa-vontade para abrir-se para outros objetos do pensamento crítico, para reconstruir-se à luz de novos conhecimentos e em geral interagindo de forma frutífera com eles.

Isso, entretanto, é apenas um lado da história. O outro lado é que os conhecimentos profundos do marxismo são indispensáveis ao novo campo pós-marxiano. Portanto, as outras vertentes contribuintes desse campo devem abrir-se por sua vez ao marxismo. Especificamente as teorias do discurso pós-estruturalistas, incluindo a economia política e a análise institucional. Do mesmo modo, as teorias feministas e as teorias críticas “raciais” devem prestar atenção à dinâmica de classes e aos processos político-econômicos globais que auxiliam na conformação das desigualdades de gênero e raciais. Esquecer ou ignorar o marxismo, ao invés de transformá-lo e incorporá-lo significa condenar a teoria crítica a um modo de pensar pré-marxiano insustentável.

Para compreender essa tese, vamos recordar que o marxismo sempre insistiu numa conexão estreita entre



a teoria e a prática. Isso soa, nas palavras de Marx, para prover “o auto-esclarecimento das lutas e aspirações de uma época”. Se levamos essa afirmação admirável a sério, como penso que fazemos, então é necessário começar notando o relativo declínio das lutas da classe operária tradicional em nosso tempo e o surgimento de lutas que não se ajustam ao histórico marxiano da história. Refiro-me aos assim chamados “novos movimentos sociais”, tais como o feminismo, os movimentos dos homossexuais e lésbicas, os movimentos pacifistas e ecológico, movimentos anti-racistas e vários outros movimentos – alguns progressistas e outros reacionários – que estão organizados em torno da etnicidade e nacionalidade. Esses movimentos divergem da compreensão marxista de luta de classe em parte devido aos aspectos focalizados de identidade distintos de classes. Além disso, eles evidenciam interesses e aspirações que são relevados e em alguns casos estão em oposição com o enfoque produtivista do marxismo. A menos que estejamos preparados para dissolver esses movimentos como expressões de “falsa consciência” ou “negatividade falsa” deve-se questionar fortemente a teoria marxista.

* Publicado em *New Politics (New Series)*, vol. VI, nº 4, Canadá, 1998, pp. 95-98. Tradução de Dina Lida Kiroshita.

A mais óbvia e mais difícil questão se refere ao *status* da categoria “classe”. O marxismo sempre invocou essa categoria em dois níveis e em duas formas. Primeiro, invocou a classe como uma categoria teórica objetiva que pode ser atribuída aos atores sociais por um observador independentemente da autodescrição e autoconsciência do observador; aqui, a classe operária, por exemplo, é a classe das pessoas que não possuem a propriedade dos meios de produção, mas apenas sua força de trabalho e que exerce um papel específico, objetivamente especificável no circuito da realização da mais-valia ao vender sua força de trabalho por salários.

Na tradição marxiana esse sentido tem sido denominado “classe em si” e contrasta com a “classe para si”. Como sugere a locução hegeliana, o último conceito supõe a captura da autoconsciência dos atores sociais, sua identidade social coletiva e participação num grupo social mobilizado. Aqui, a classe operária é auto-identificada, uma identidade coletiva mobilizada que procura intervir na vida política e social.

Tendo invocado a categoria de classe nesses dois níveis e nessas duas formas, o marxismo tem que teorizar a relação entre elas. Qual é a relação entre a classe operária como uma entidade teórica objetiva e a existência (ou não) da classe operária como um grupo mobilizado com uma identidade coletiva? Virtualmente todas as versões do marxismo assumiram que a classe teórica deveria (eventualmente) seguir em frente ou florescer no grupo mobilizado. Se não for assim, a teoria terá de explicar por que. Quais circunstâncias intervêm e interferem no sentido de a classe em si tornar-se a classe para si? É nesse espaço negativo que o marxismo situou fortemente a problemática da consciência, cultura, ideologia e discurso. Elas eram interessantes, parecia, primariamente para explicar por que não ocorria o esperado.

À luz dos desenvolvimentos históricos do Oriente e do Ocidente é preciso repensar essas suposições. Um problema consiste em como conceitualizar a construção das identidades sociais das pessoas e a formação dos grupos sociais. Certamente nós rejeitaremos o ponto de vista insustentável de que as identidades sociais coletivas são de algum modo encobertas pelas posições estruturais dos atores sociais. Ao contrário, vamos assumir que as identidades são culturalmente *construídas*. Por isso, entendo que elas surgem de processos contingentes culturais relativamente autônomos que escapam da determinação estrutural. Portanto, onde o marxismo expôs convergência entre posições estrutu-

rais e grupos de mobilização e filiação nós vamos assumir ao invés a autonomia relativa das identidades de estruturas e a relativa contingência dos processos pelos quais as filiações se formam e os grupos são mobilizados.

Segue que o campo novo da teoria crítica pós-marxiana necessita prover um lugar proeminente ao estudo da cultura e, portanto, para o estudo do discurso. O discurso, sobretudo, é o meio cultural em que as identidades sociais são formadas e reformadas. Também é o meio em que os interesses são construídos e representados e o meio em que os grupos sociais são criados e mobilizados. Portanto, necessitaremos entender como os significados culturais são produzidos, circulam e se transformam na sociedade. Embora as teorias do discurso pós-estruturalistas ofereçam ferramentas conceituais que promovem tal entendimento, elas podem trazer importantes contribuições à teoria crítica.

No 150º aniversário do *Manifesto comunista* é difícil responder à séria questão: o marxismo tem algum futuro em nossa era aparentemente “pós-socialista”?

Mais ainda, ao começar a teorizar não a partir do movimento que o marxismo havia predito que seria politicamente importante, mas, ao contrário, a partir do movimento que realmente é politicamente proeminente, então é preciso repensar a relação entre classe, gênero e raça-ethnicidade. Isso significa rejeitar a insustentável visão que atribui primazia política e teórica à classe em detrimento do gênero e “raça”, ambos no nível de identidades coletivas e no nível da estrutura social. Como identidades coletivas que informam os movimentos sociais, gênero, “raça” e classe são inteiramente equivalentes umas às outras, já que todas as três são resultados *construídos* de processos culturais contingentes que são relativamente *autônomos* em face da estrutura social. (Isso exclui não apenas o essencialismo de classe mas também o essencialismo do gênero e o racial-étnico.)

Mas não decorre daí que as identidades de classe, identidades de gênero e identidades racial-étnicas sejam mutuamente exclusivas e independentes umas das

outras. Ao contrário, cada uma focaliza um registro do discurso que é elaborado de forma imbricada através da cultura moderna. Os fios dos três registros são tecidos nas identidades sociais dos atores sociais. Portanto, a identidade de qualquer ator social é simultaneamente de gênero, de raça e de classe. Quando um desses fios é precipitado para o estágio central como o foco de um grupo de mobilização e filiação política, os outros nem por isso deixam de ser operativos. Pelo contrário, eles continuam a conformar o fio proeminente em caminhos cruciais ainda que implícitos. Portanto, as identidades de classe enfocadas pelo marxismo e tratadas como primárias sempre foram também de gênero e de raça. Da mesma forma, as identidades que enfocam o gênero, de interesse das feministas, são sempre também raciais e classistas, enquanto as identidades que enfocam raça ou a etnicidade são também classistas e de gênero. De forma que nenhum desses movimentos pode ser entendido adequadamente através de lentes simples.

Além disso, o significado estrutural de classe também necessita ser reconstruído. A política econômica, por exemplo, deveria teorizar o gênero e a questão racial-étnica como eixos de exploração, dados primeiro pelo caráter do mercado de trabalho segmentado de acordo com o gênero e raça e a posição estrutural das pessoas cujo trabalho é completa ou parcialmente composto de trabalho não-remunerado que contribui indiretamente para a realização de mais-valia.

Não creio que o lado estrutural da teoria crítica seja limitado à economia política. Certamente o circuito da extração da mais-valia é um importante subsistema nas sociedades capitalistas e um dos que é causalmente eficaz. Mas não é o único subsistema. Acresça-se que existe o subsistema do aparelho de Estado. Mais ainda, outras áreas da vida que não são formalmente institucionalizadas como subsistemas diferenciados podem inegavelmente ser sujeitos proveitosos para a análise estrutural. Primeiros candidatos para tais análises são as arenas domésticas, redes de parentesco, relações sexuais, esferas públicas e as associações secundárias da sociedade civil.

Finalmente, chegamos à questão da dimensão normativa. O marxismo assumiu que a injustiça fundamental da sociedade capitalista era a exploração. O remédio, de acordo com isso, foi a redistribuição socialista, a profunda reestruturação da economia política bem como a abolição da divisão e diferença de classes. Hoje, entretanto, muitos grupos mobilizados assumem que a injustiça fundamental da sociedade

contemporânea é o não reconhecimento cultural dos diferentes grupos. O remédio do seu ponto de vista é “a política de reconhecimento”, a reavaliação das identidades grupais desvalorizadas ou talvez a reconstrução dos muitos termos em que as diferenças grupais são elaboradas correntemente. Usualmente o marxismo e o multiculturalismo são construídos como mutuamente exclusivos, alternativas antitéticas. Na verdade somos levados a escolher entre redistribuição e reconhecimento, política de classe e identidade política, socialismo e multiculturalismo.

Muitos grupos mobilizados assumem que a injustiça fundamental da sociedade contemporânea é o não reconhecimento cultural dos diferentes grupos

Essas, entretanto, são antíteses falsas. A justiça requer atualmente tanto a redistribuição como o reconhecimento, já que cada um por si é insuficiente. Portanto, outra tarefa crucial é esboçar como combiná-los – tanto na prática como na teoria. Essa, do meu ponto de vista, é a questão chave de nossos dias: como é possível desenvolver uma orientação política programática coerente que integre redistribuição e reconhecimento? Como é possível construir um arcabouço que integre o que permanece convincente e não-transcendental na visão socialista com o que é convincente e irrefutável na nova aparentemente “pós-socialista” visão multicultural?

Meu objetivo não é propor e defender uma concepção programática específica sobre como os diversos tipos de teorização crítica listados aqui seriam unidos ou integrados entre si. Isso não é tarefa para um único indivíduo. Mas creio que todos esses vários modos de teorizar que discuti terão de encontrar seu lugar no mapa pós-marxiano. Para que o próprio marxismo, também, tenha seu espaço assegurado é preciso que esteja dialogando com uma vasta extensão de teorizadores do feminismo, da crítica “racial” e do discurso pós-estruturalista. Meu ponto de vista mais profundo consiste em defender a possibilidade – na verdade a necessidade – de um futuro para o marxismo no campo da teoria crítica pós-marxiana.